

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 26/01/2024 16:06 (PAULO SÉRGIO VELTEN PEREIRA)

PORTARIA-GP Nº 77, DE 26 DE JANEIRO DE 2024.

Código de validação: B5C43C8C23
PORTARIA-GP - 77/2024
(relativo ao Processo 5912/2024)

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Cessar, a considerar de 01.02.2024, os efeitos da PORTARIA-GP-1722023, de 22.02.2023, que prorrogou a disposição do servidor **José Ribamar Nery Rodrigues Júnior**, analista judiciário - contador, matrícula nº 130781, lotado na Secretaria Judicial da Contadoria do Fórum de São Luís, para o Governo do Estado do Maranhão, com ônus ressarcido para o órgão de origem, tendo em vista o que consta do Processo n.º 5912/2024-TJ.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 26 de janeiro de 2024.

Desembargador PAULO SÉRGIO VELTEN PEREIRA
Presidente do Tribunal de Justiça
Matrícula 126599

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 26/01/2024 16:07 (PAULO SÉRGIO VELTEN PEREIRA)

Diretoria Financeira

TRIBUNAL DE JUSTIÇA														
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL														
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL														
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
3º Quadrimestre de 2023														
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														
DESPESAS EXECUTADAS														
(Últimos 12 Meses)														
3º Quadrimestre de 2023														
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")													R\$ 1,00	
DESPESA	DESPESAS EXECUTADAS													
	(Últimos 12 Meses)													
COM	LIQUIDADAS												INSCRITAS EM	
	-MR-	-MR-	-MR-	-MR-	-MR-	-MR-	-MR-	-MR-	-MR-	-MR-	-MR-	-MR-	TOTAL	RESTO
PESSOAL													(ÚLTIMOS 12 MESES)	S A PAGAR
	11	10	09	08	07	06	05	04	03	02	01	MR	12 MESES)	NÃO
														PROCE
														S
														SADOS
													(a)	(b)
DESPESA														
BRUTA	93.027.996.019.394.545.597.920.096.491.4	133.763.92.104.597.980.5	104.855.134.876.99.856.5	167.642.1.309.08	22.810.9									
COM PESSOAL (I)	86,01	95,78	31,83	97,13	51,59	341,62	07,75	58,40	325,18	970,95	74,01	606,50	4.346,74	62,05
Pessoal	82.848.385.854.283.848.786.416.785.914.4	118.126.88.495.687.523.587.474.2	128.295.89.226.9	147.878.1.171.90	22.810.9									
Ativo	35,84	84,48	55,89	00,29	00,89	472,13	87,52	97,85	61,55	926,83	57,90	949,20	4.330,36	62,05
Vencimentos, Vantagens e Outras	70.929.868.653.969.203.271.455.771.003.9	103.146.72.022.671.985.171.936.3	112.513.73.496.2	116.961.973.307	22.810.9									
Despesas Variáveis	19,43	61,76	08,67	52,51	44,72	226,19	31,09	77,00	81,66	439,82	04,71	052,55	800,11	62,05
Encargos	11.918,5	17.200,3	14.645,5	14.960,9	14.910,4	14.980,2	16.473,0	15.538,4	15.537,8	15.782,4	15.730,7	30.917,8	198.596,	0,00

patronais:	16,41	22,72	47,22	47,78	56,17	45,94	56,43	20,85	79,89	87,01	53,19	96,65	530,25	
Pessoal Inativo e Pensionista	10.179.650,17	10.165.111,30	10.696.775,94	11.503.396,84	10.577.050,70	15.636.869,49	3.608.820,23	10.456.960,55	17.381.063,63	6.581.044,12	10.629.616,11	19.763.657,30	137.180.016,38	0,00
Aposentadorias, reservas e reformas	5.967.144,31	5.960.758,64	5.975.558,61	6.109.209,44	6.166.169,24	9.164.250,19	1.158.566,42	6.216.242,41	11.434.622,31	4.887.969,53	6.304.997,43	10.798.350,83	80.143.836,14	0,00
Pensões	4.212.505,86	4.204.352,66	4.721.217,33	5.394.184,74	4.410.886,24	6.472.619,30	2.450.256,03	4.240.718,14	5.946.441,32	1.693.074,59	4.324.618,68	8.965.306,47	57.036.180,24	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	6.242.411,13	6.414.114,63	8.007.170,56	9.148.453,77	8.900.058,48	8.662.619,75	1.309.546,70	1.826.179,55	8.455.904,19	45.467.923,90	9.581.951,12	15.917.236,68	129.933.566,79	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	140.910,52	139.018,24	85.366,19	211.974,34	136.097,58	165.699,55	167.132,19	203.270,29	180.129,00	175.559,05	277.143,19	188.751,56	2.071.051,70	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	173.595,78	1.274.634,37	1.788.142,12	2.327.757,82	2.112.164,32	1.142.414,51	1.622.909,26	1.580.460,76	38.711,32	2.718,00	1.100,98	54.552,384,39	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	6.101.500,61	6.101.500,61	6.647.177,00	7.148.336,73	6.436.196,94	6.384.755,88	0,00	0,00	6.695,314,43	6.581.044,12	6.586,806,15	14.627,502,18	73.310,130,70	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	86.785.748,88	589.605.81,15	286.538.61,27	388.771.43,36	687.591.96,78	125.100.721,87	90.794.61,05	996.154.78,85	396.399,420,99	89.409,047,05	90.274,622,89	151.725,369,82	1.179.150.779,95	22.810,962,05

(III) = (I - II)

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR (R\$)	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	23.123.381.915,45	-----
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	35.329.708,40	-----
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas bancada (V) (§ 16, art. 166 da CF)	50.059.000,00	-----
RECEITA CORRENTE LIQUIDA AJUSTADA	23.037.993.207,05	-----
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	1.201.961.742,00	5,22%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.387.402.914,93	6,00%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.318.032.769,18	5,70%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.248.662.623,43	5,40%

FONTE: Sistema , Unidade Responsável , Data da emissão <28/01/2024> e hora de emissão <11:55>

NOTAS:

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

2 - De acordo com o Novo Manual de Demonstrativos Fiscais, com base nas Leis Complementares 173/2020 e 178/2021 os gastos com e pensionistas são computados para fins dos limites específicos dos poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e do Tribunal de Contas, conforme estabelecido no art. 20, II da LRF.

3 - De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais 2021 as despesas com ressarcimento de servidores cedidos com ônus para o órgão de origem, quando do efetivo ressarcimento, deverão ser excluídas da Despesa Bruta com Pessoal. O valor deduzido com ônus ressarcido foi de R\$ 5.250.126,91

4 - De acordo § 3º do Art 16 da Lei Complementar 178/2021, que alterou a Lei de Responsabilidade Fiscal, que indica para a apuração da despesa total com pessoal, será observada a remuneração bruta do servidor, sem qualquer dedução ou retenção, ressalvada a redução para atendimento ao disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal." (Teto Constitucional), fora deduzido da despesa bruta com pessoal o valor do desconto do "abate teto" dos servidores , no valor de R\$ 657.797,76

5 - A Gratificação de Produtividade Judiciária - GPJ, que apura as metas cumpridas dentro do exercício, cuja apropriação e reconhecimento do fato gerador ocorrerá dentro o exercício 2022, ficarão inscritas em restos a pagar não processados, tendo em vista que seu pagamento acontecerá somente no exercício seguinte, no montante de R\$ 22.193.284,00

6 - Do montante das despesas computadas como de Exercícios Anteriores, consta o lançamento da conversão em pecunia das licenças premios de servidores no valor de R\$ 40.475.613,08 (quarenta milhões quatrocentos e setenta e cinco mil seiscentos e treze reais e oito centavos), conforme Resolução GP nº 103/2022.

São Luís-MA, 29 de janeiro de 2024.

JUREMA MAMEDE DE PAIVA
Diretora de Auditoria Interna

CÉLIA REGINA PEREIRA DA SILVA
Diretora Financeira

Desembargador PAULO SÉRGIO VELTEN PEREIRA
Preside

ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
3º Quadrimestre de 2023

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55,
Inciso III, alínea "a") 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (Pode apresentar saldo negativo)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos	De Exercícios Anteriores								
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)			
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I) (identificar de forma individualizada)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do FUNDEB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Recursos Vinculados à Educação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Recursos Vinculados à Saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Recursos Vinculados à Assistência Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Recursos Vinculados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	484.536,92	-	13.561,88	-	4.073.825,74	-	480.449,53	178.634,36	-	301.815,17
Recursos Ordinários	79.390,51	-	6.031,08	-	2.008.468,20	-	77.376,02	28.280,46	-	49.095,55
OUTROS NÃO VINCULADOS	405.146,42	-	7.530,80	-	2.065.357,54	-	403.073,51	150.353,89	-	252.719,61
TOTAL (III) = (I + II)	484.536,92	-	13.561,88	-	4.073.825,74	-	480.449,53	178.634,36	-	301.815,17

FONTE: Sistema: SIGEF; Unidade Responsável: TRIBUNAL DE JUSTIÇA, Data da emissão: 21/01/2024 e hora de emissão: 09:15

Nota: Os Recursos ordinarios são oriundos de fonte do tesouro e os outros recursos não vinculados tem como origem os fundos de natureza contábil vinculados ao Poder Judiciário.

São Luís-MA, 29 janeiro de 2024.

JUREMA MAMEDE DE PAIVA

Diretor de Controle Interno

CÉLIA REGINA PEREIRA DA SILVA

Diretor Financeiro

Desembargador PAULO SÉGIO VELTEN PEREIRA

Presidente

GOVERNO ESTADUAL

PODER JUDICIÁRIO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
3º QUADRIMESTRE 2023 (JAN A DEZ)		
LRF, art. 48 - Anexo VII		R\$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.201.961.742,00	5,22%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	1.387.402.914,93	6,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	1.318.032.769,18	5,70%
DÍVIDA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
	INSCRIÇÃO EM	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR)
RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	178.634.361,02	301.815.173,66

FONTE: SIAFEM

Comarcas do Interior